Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

Ano IV nº 81
18/8/99 a 31/8/99
Contribuição R$ 1,50

TOMAR BRASÍLIA DIA 26, E DEPOIS...

GREVE GERAL!

ESPAÇO ABERTO

Ocupação em Sergipe. O PSTU vem trazer a público o seu total apoio ao ato de ocupação dos apartamentos da Caixa Econômica Federal localizados no bairro Coroa do Meio, em Aracaju.

A existência de inúmeras unidades habitacionais literalmente abandonadas, como é o caso dos prédios da CEF na Coroa do Meio e de inúmeros outros casos pelo país, é uma afronta, demonstrando o total descaso da parte dos governos federal, estadual e municipal para com uma política habitacional que privilegie as necessidades de moradia da população e não os interesses especulativos de grandes imobiliárias e construtoras.

É o momento de aproveitarmos o fato dessa ocupação legítima para refletirmos sobre a propriedade do solo urbano e rural em nosso país.

O Brasil, próximo ao seu aniversário de 500 anos de "descobrimento", é uma terra onde inúmeras famílias vivem ao relento ou em habitações precárias, sem os serviços de fornecimento de água potável, esgoto e energia elétrica – enquanto isso verbas públicas são torradas no salvamento de banqueiros e no financiamento das privatizações —; outras tantas famílias gastam seus minguados salários em aluguéis, muitas vezes de imóveis que foram financiados com recursos do FGT para moradia.

Por isso ao mesmo tempo que devemos prestar total apoio à ocupação em curso, devemos também nos conscientizar que o problema não para na Coroa do Meio, mas que talvez a sua solução pode começar ali.

Pela vitória da legítima ocupação dos apartamentos abandonados da CEF no bairro Coroa do Meio!

Por uma política habitacional que privilegie as necessidades de moradia da população!

Regional PSTU,
Sergipe

Escreva para o Opinião Socialista

Cartas: Rua Loefgreen, 909 - Vila Clementino - CEP 04040-030
São Paulo - SP
Fax: (011) 575-6093 **E-mail:** pstunac@uol.com.br

O QUE SE VIU

Adriana Zehbrauskas

Cerca de 15 mil servidores públicos de São Paulo cercaram Assembléia Legislativa em São Paulo no último dia 12. Eles protestaram contra o projeto do governador Mario Covas, de reforma da Previdência do Estado, que aumenta a alíquota de contribuição do funcionalismo.

O QUE SE DISSE

"Os esforços de paz precisam ser conduzidos pelos próprios colombianos. Nesta busca, o presidente Pastrana já assumiu riscos corajosos. Cabe a ele decidir que incentivos e que pressões são necessários. Mas os Estados Unidos e outros amigos da Colômbia precisam estar prontos para ajudar... Os EUA vem trabalhando com o FMI, o Banco Mundial e outros parceiros para assegurar que a assistência necessária seja colocada à disposição."

Trechos de artigo da secretária de Estado dos Estados Unidos, Madeleine Albright, publicado no jornal *Folha de S.Paulo* em 12/8/99. É o pior dos mundos que se anuncia para o povo colombiano: intervenção militar e o FMI.

"Os preços dos remédios são livres, o que significa que nem a Secretaria de Acompanhamento Econômico pode autorizar aumentos, nem as elevações de preços estão proibidas."

Cláudio Considera, secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda. Ou seja, a indústria farmacêutica faz o que bem entender com o preço dos remédios. No jornal *Correio Braziliense*, em 12/8/99.

"Não pode haver violência, não pode haver resistências antidemocráticas, mas também não pode haver condescendência do nosso lado."

Aloysio Nunes Ferreira, Secretário-Geral da Presidência ameaçando impedir a chegada a Brasília das caravanas tanto de agricultores como de trabalhadores urbanos, que iam para a capital realizar protestos. Na revista *Época*, em 9/8/99.

"O Plano Real não pode ser mais argumento para nada."

Michel Temer, deputado federal do PMDB, reforçando o coro dos partidos e setores da base governista que querem mudanças na política econômica. No jornal *O Estado de S.Paulo*, em 11/8/99.

"Não vemos razão para alguns sinais de pessimismo nos mercados financeiros, que nada têm a ver com os indicadores da conjuntura econômica."

Pedro Parente, ministro da Casa Civil, fala em nome do presidente na semana que o dólar quase foi para o espaço e a cabeça de Malan ficou a prêmio. Esses comunicados oficiais do governo parecem vir mesmo de outro planeta.

PARTIDO

Filie-se ao PSTU

Campanha entra na reta final. Não deixe para depois. Filie-se ao partido que está na linha de frente do *Fora FHC e o FMI*

EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. CGC 73282.907/000-64
Atividade principal 61.81.
Endereço: Rua Loefgreen, 909 - Vila Clementino - São Paulo-SP
CEP 04040-030.
Impressão: Artpress

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

CONSELHO EDITORIAL
Martiniano Cavalcanti, Júnia Gouveia, José Maria de Almeida, Valério Arcary e Carlos Bauer

EDIÇÃO
Fernando Silva

REDAÇÃO
Mariucha Fontana, Celso Lavorato, Marcelo Barba, Wilson H. da Silva, Estela Dominguez

DIAGRAMAÇÃO
Eduardo Lipo, Frederico Rodrigues

E D I T O R I A L

Para depois do dia 26

A cada semana agrava-se a crise política, com o governo sequer conseguindo impor sua pauta no Congresso Nacional. De outro lado, os sintomas de uma nova crise cambial são evidentes. Por duas vezes em uma semana, o dólar ameaçou ir para o espaço. Reflexos da crise política, de um governo com menos popularidade hoje do que Collor no seu pior momento.

Mas também, com o passar dos dias, ficou claro que a mobilização dos caminhoneiros foi símbolo de uma nova conjuntura do país. Refletiu a indignação e a impaciência com as inúmeras mazelas produzidas pela política econômica *made in FMI*.

Começou uma retomada das mobilizações que vai ter um ponto alto no 26 de agosto. Além disso, pipocam movimentos que poderão terminar também em grandes mobilizações setoriais por reivindicações específicas e que se chocam de forma objetiva com a política FHC/FMI: metalúrgicos de montadoras e autopeças que podem parar dia 14 de setembro; a resistência do funcionalismo ao pacotão do governo; as campanhas salariais de petroleiros, bancários, químicos, entre outros; a Marcha e as ocupações dos sem-terra.

A Marcha dos 100 mil em Brasília certamente vai colocar os trabalhadores no centro da cena nacional, pois não são ainda os trabalhadores com suas reivindicações que estão polarizando o país. Isto pode ser resolvido em parte pela força das mobilizações, como já ficou demonstrado quando da greve dos caminhoneiros.

Mas o problema principal é que a direção majoritária do movimento de massas no Brasil – *Lula e a Articulação* —, embora empenhadas no ato dos 100 mil de Brasília, não assumem uma estratégia de derrubada do governo e uma plataforma de ruptura com o FMI. Como resultado, algumas velhas ratazanas da classe dominante que começam a pular fora do barco de FHC, acabam ocupando o cenário político. Por exemplo, o ACM com a bandeira da luta contra a pobreza.

O que já está em debate em toda a esquerda desde o começo do ano — e vai ganhar maior urgência para depois do 26 de agosto – é, em primeiro lugar, se estamos construindo um movimento para derrubar esse governo ou se a estratégia é aguardar as eleições. Engana-se quem pensa que mesmo desgastado, os ataques do governo FHC/FMI serão menores. Basta ver o recente pacotão sobre o funcionalismo federal. A lógica do Fundo Monetário e dos seus subordinados será a de tentar ir até o fim na aplicação dos seus ajustes, pois assim exige a crise da economia capitalista.

Em segundo lugar, é preciso definir se vamos afirmar como alternativa à crise uma plataforma de ruptura com o FMI — levantando o não pagamento da dívida externa e apresentando as reivindicações dos trabalhadores —, ou se vamos construir um programa que seja aceitável para setores do empresariado, sem ir além de exigir uma revisão das metas e dos acordos com o FMI. Infelizmente, são cada vez mais preocupantes as declarações de dirigentes do PT e da CUT que vão nesse sentido.

Está em debate o que fazer com o país diante de tamanha crise. A solução aqui tem de ser de fôlego. O ponto de partida não pode ser outro que não a luta pelo Fora FHC e o FMI e a conseqüente necessidade de se convocar uma greve geral como continuidade do 26 de agosto.

A outra face desta postura só pode ser a afirmação de um programa de ruptura com o Capital. A esquerda tem a obrigação de polarizar o cenário político com a apresentação de uma saída anticapitalista, anti-FMI, para a crise. É isto que cada trabalhador deve exigir dos seus principais representantes políticos e sindicais.

U R G E N T E

Uma farsa em andamento

Gilberto Marques,
de Belém (PA)

O julgamento dos policiais envolvidos no massacre de Eldorado dos Carajás começou em meio a uma operação de bastidores para que ninguém ou quase ninguém seja punido.

Na imprensa local, principalmente a ligada a Globo, os dias que precederam o início do julgamento foram marcados por verdadeiro silêncio. As reportagens sequer questionam o governador Almir Gabriel (PSDB).

Além disso, o governador e seu secretário de segurança pública, Paulo Sette Câmara, autores da ordem para que a operação fosse cumprida, não serão julgados, mas participarão como testemunhas de defesa dos PM's. Eles serão ouvidos na Granja Icuí, residência oficial do governador. E caberá a ele decidir quem vai — além dos juizes, jurados e advogados — ter acesso ao local. Ainda assim, Almir Gabriel pode não depor alegando problemas de saúde.

As ruas próximas ao local do julgamento foram tomadas pela polícia na tentativa de impedir a proximidade de qualquer manifestação de protesto.

As 320 credenciais de acesso ao auditório do Tribunal do Júri foram cautelosamente distribuídas de tal forma que nem os 69 mutilados (pessoas feridas durante o massacre) nem as viúvas dos assassinados tiveram como acompanhar o julgamento.

Não bastasse tudo isso, o Tribunal de Justiça do Estado afirmou não haver dinheiro para trazer as testemunhas. Ou seja, ou elas próprias ou o movimento que se virem com as despesas. Isso demonstra um claro interesse em prejudicar a acusação.

Nas palavras de Jorge Neri, da direção estadual do MST, *"as possibilidades de punição são remotas. É uma grande farsa, não levaram o governo do Estado, nem a cúpula da PM ao banco de réus. O silêncio da imprensa é uma demonstração disso"*.

Até o fechamento desta edição a primeira sessão, de um total de 27, não havia sido concluída. Esta é a mais importante de todas, pois é a que julga os três oficiais que comandaram a operação. O resultado desta sessão demonstrará qual será a dinâmica do restante do julgamento. Pela operação montada, o objetivo é não condenar ninguém ou mesmo, devido ao desgaste que isso pode ocasionar ao governo, escolher um "boi de piranha" que seja condenado e depois solto.

Diante desta situação e do quadro de concentração de terras chegamos à triste conclusão que as mortes de trabalhadores e a impunidade continuarão. Mas, por outro lado, as ocupações de terra e a luta pela reforma agrária permanecerão vivas e no dia-a-dia dos trabalhadores.

Marlene Bergamo

Choque entre sem-terra e PMs em Belém

R Á P I D A S

◆ A diretoria da União Nacional dos Estudantes (UNE), reunida no Rio de Janeiro, nos dias 14 e 15 de agosto, resolveu convocar para Uberlândia, nos dias **27, 28 e 29 de agosto, o Encontro Nacional de Estudantes das Universidades Públicas**, que ocorrerá na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), organizada pelo DCE local, que participa do *Rompendo Amarras*. Aos estudantes que irão à Marcha do dia 26 de agosto, em Brasília, serão garantidos ônibus para Uberlândia (MG), que fica a cerca de quatro horas do Distrito Federal. Todos ao Encontro de Públicas!

◆ O Banco Central acaba de divulgar que as **remessas de dinheiro do Brasil para o exterior através da chamadas contas CC-5**, entre 1992 e 1998, chegam a nada mais nada menos que **R$ 124,143 bilhões**. As tais CC-5 foram criadas no auge da ditadura, em 1969, para serem utilizadas por empresas multinacionais, grupos brasileiros com negócios no exterior e pessoas físicas que moram fora do país. Ou seja, uma fachada "legal" para todo tipo de maracutaia, algo que até a Procuradoria da República admite, já que é ela que afirma que 50% das remessas feitas por pessoas jurídicas e 80% das feitas por pessoas físicas têm "índicios de algum tipo de irregularidade".

◆ Tem um monte de gente esperta querendo galopar a justa reivindicação dos pequenos produtores rurais que querem o perdão da dívida para com o governo. **A dívida de 90% dos devedores equivale a apenas 5% do total da dívida de R$ 23 bilhões** deste setor principalmente para com o Banco do Brasil (responsável por 80% do crédito agrícola fornecido por instituições financeiras). Ou seja, o grosso da dívida é mesmo dos grandes usineiros e latifundiários, que já arregaçaram o BB.

PSTU no rádio e na TV

Dia 26, depois da Marcha...

Nosso programa será transmitido no dia 26 de agosto, às 20:30. Não perca!

Atenção internautas:

Nosso e-mail mudou.
Agora o endereço eletrônico é
pstunac@uol.com.br

DENÚNCIA José Donizeti, do PSTU de Franco da Rocha, sofre três ameaças

Militante do PSTU é ameaçado de morte

Franco da Rocha é uma cidade dormitório da Grande São Paulo, com pouco mais de 150 mil habitantes. Este município também é atingido pela onda de corrupção e pela existência de máfias no âmbito municipal que estão sendo denunciadas pelos mais diversos escândalos. Só no estado de São Paulo, 21 cidades (incluindo a própria capital e maior cidade do país), passaram ou passam por processos de impeachment de prefeitos ou CPI's nas Câmaras Municipais.

*Até aí nenhuma novidade. Mas em Franco da Rocha, o **PSTU** vem há mais de um ano denunciando a quadrilha local na Câmara dos Vereadores, "especialista" em desviar dinheiro do Orçamento da cidade diretamente para os seus próprios bolsos. O prefeito já caiu, o ex-presidente da Câmara, que também fez denúncias, foi assassinado em janeiro deste ano. E o presidente do **PSTU** local, ex-candidato a prefeito e a deputado federal, José Donizeti, já sofreu três ameaças.*

José Donizeti de Almeida, tem 42 anos, é metalúrgico, casado e pai de dois filhos. Nesta entrevista ele conta como foram as ameaças, a situação atual e as iniciativas que estão sendo tomadas para proteger a sua vida.

Opinião Socialista – Por que você foi ameaçado de morte?

Donizeti – Porque o meu partido denunciou a corrupção na prefeitura e na Câmara Municipal. Em julho de 1998 nós divulgamos uma carta aberta à população onde denunciávamos os vereadores que gastaram R$ 140 mil de dinheiro público em viagens ao Nordeste, turismo na verdade. Há inúmeras outras denúncias. No total já foram roubados R$ 231 mil do orçamento da cidade, sendo que R$ 100 mil diretamente da saúde, para cobrir dívidas e gastos de vereadores. Estes números podem até parecer modestos perto do que se rouba nos grandes esquemas, mas para uma cidade pobre onde, por exemplo, 70% das ruas não têm asfalto e a saúde é um descaso só, isso é muito.

O.S. – Mas então as ameaças começaram por causa desta carta?

Donizeti – Sim. Quando nós a estávamos distribuindo na estação de trem da cidade, o material foi apreendido pela PM e eu fui preso, por ordem da Câmara Municipal. Fui levado para a delegacia da cidade. Em determinado momento eu estava sozinho e apareceram os vereadores Paulinho Braga, o vereador Magal e o atual presidente da Câmara, vereador Carlos Aparecido, o Carlinhos. Primeiro eles tentaram me agredir, depois o Carlinhos disse que '*se eu cruzasse o caminho dele o custo ia ser muito alto*'. Eu acabei saindo da prisão porque o PT cedeu um advogado. O escândalo foi tanto que não teve nem sessão na Câmara nesse dia.

Rosângela

Manifestação em Franco da Rocha contra municipalização e corrupção. À esquerda, Donizeti

O.S. – E depois disso, o que aconteceu?

Donizeti — As investigações sobre todas as denúncias prosseguiram. E os vereadores foram viajar de novo. No começo do ano, o então presidente da Câmara, Gilson Rosa, foi assassinado. Ele estava denunciando a máfia. Para você ter idéia, hoje, 12 dos 17 vereadores estão com os seus bens bloqueados.

O.S. — E as outras duas ameaças que você sofreu foram depois do assassinato desse vereador?

Donizeti – Sim, foram recentes. Depois que acabou a campanha eleitoral veio a luta contra a municipalização do ensino. O PSTU divulgou um manifesto contra essa municipalização e no dia 7 de julho quando o projeto ia ser votado, eu fui novamente ameaçado dentro da Câmara, desta vez pelo vereador Atílio Filho (PSDB). É importante dizer que nesse dia houve uma grande mobilização, a Câmara estava cheia de sindicalistas, professores, estudantes. O Atílio encostou em mim e disse que eu era o causador de tudo, que ia me prender e falou '*Há muito tempo nós estamos com sede de você*'. Esta ameaça foi presenciada por duas pessoas que estavam na manifestação e por isso ele desistiu de me mandar prender. Dessa vez, eu registrei um BO na delegacia.

O.S. – E ai veio a outra ameaça?

Donzieti – Alguns dias depois e foi a mais grave.

Nós, PSTU, e a Apeoesp de Franco da Rocha estávamos passando uma abaixo-assinado na cidade exigindo devolução do dinheiro público roubado, auditoria nos livros da Câmara e Prefeitura, renúncia coletiva dos vereadores envolvidos e convocação imediata de novas eleições gerais na cidade. No dia 12 de julho nós marcamos de entregar o abaixo-assinado no Fórum da cidade para o promotor público. As 10 horas da manhã, quando eu chegava ao Fórum, o vereador Juliano Couto, do PSDB, me ameaçou. Primeiro ele tentou junto com outras pessoas tomar os abaixo-assinados e depois ele disse: '*Olha, o dia em que tentaram te dar um cacete na delegacia eles estavam certos. Porque você não para de bater na mesma tecla. Se você e o Cristiano* (que é meu irmão e estava comigo) *insistirem, nós vamos mandar vocês para debaixo da terra*'.

O.S. — A partir daí o que você fez?

Donizeti – Abri novo BO e estou também processando este vereador. Além disso, estou denunciando publicamente estas ameaças. Todo mundo na cidade sabe que estou sendo ameaçado. Também levei, junto com os advogados que estão ao meu lado, Dra. Claudia e Dr. Sergio, estas denúncias ao promotor público, Dr. Ricardo. Ele nos disse que outras pessoas estão sendo ameaçadas também. Claro que estamos tomando todas as precauções necessárias em relação a minha segurança e a da minha família. Além disso, o partido e diversas entidades estão desenvolvendo uma campanha política de defesa da minha vida.

O.S. – E como está agora a situação na cidade?

Donizeti — Vale registrar que no dia 20 de julho o então prefeito Benedito Hernandes (PTB) foi cassado por 14 votos a 2. Quer dizer, a máfia da Câmara rifou o prefeito para salvar sua pele. A mobilização continua, tanto que no dia 4 de agosto houve um expressivo ato na cidade contra a municipalização, continuamos a exigir as mesmas coisas apesar das ameaças, inclusive eleições gerais, pois quem assumiu foi o vice, também do PTB.

Repudie as ameaças contra Donizeti

O PSTU faz um chamado a todas as entidades do movimento operário, popular, estudantil e democráticas; e também a todos os militantes e ativistas que enviem telegramas, faxes ou e-mails repudiando as ameaças de morte contra José Donizeti.

Os endereços são os seguintes:

Câmara Municipal de Franco da Rocha,
Ao presidente Carlos Aparecido
Praça da Liberdade, s/nº — centro
CEP 07780-000
Fax (0xx11) 432-4244
e-mail: cmfr@mandic.com.br

Favor enviar cópia à sede nacional do PSTU

FUNCIONALISMO *Pacotão é para acabar de vez com Saúde e Educação*

FHC quer 395 mil servidores na rua

Fernando Silva,
da redação

Se for aplicado, o pacote de medidas que o governo FHC anunciou para reduzir gastos com o funcionalismo federal vai aumentar os números do desemprego no país, das mortes provocadas pelo colapso da saúde pública e abrir as portas para acabar com a universidade gratuita. Não é exagero. De 1,074 milhão de servidores federais da ativa (números oficiais), o governo pretende chegar a 395 mil servidores em disponibilidade, que seriam basicamente das áreas de educação, saúde e previdência, administração direta e IBGE. Estariam excluídos do pacotão os servidores do legislativo, judiciário, militares, Banco Central, estatais e os que estão trabalhando nos estados e municípios.

O pacote lançado tem quatro medidas, três delas são "opcionais" para os servidores. A primeira é o PDV que prevê basicamente para os "voluntários" o pagamento de 1,25 salário base (sem as gratificações) por ano trabalhado (o salário base em média é de R$ 300), pagamento da diferença do reajuste de 28% (desde que o servidor abra mão da ação judicial) e os tais R$ 30 mil de empréstimo para o servidor abrir seu próprio negócio. A segunda opção é a licença não remunerada por no mínimo três anos. A terceira é a redução de jornada com redução de salário.

Se o servidor não optar por nenhuma das alternativas anteriores, existe a quarta: ser colocado em disponibilidade pela administração. Não há nada de "voluntário" nesse pacote.

Segundo o Coordenador Geral da Federação Nacional dos Servidores das Universidades (Fasubra), Rogério Marzola, "*é importante saber o que é a disponibilidade, é você ficar afastado recebendo salário proporcional ao tempo trabalhado em relação à aposentadoria. Por exemplo, as mulheres aposentam-se após trabalharem 30 anos, se uma servidora já trabalhou 10 anos ela irá receber um terço do salário enquanto estiver afastada*". Ainda segundo Rogério, "*não há benefício algum para quem estiver em disponibilidade, como o auxílio creche entre outros*".

Mesmo que FHC consiga passar esse pacote é claro que o objetivo de 395 mil na rua não será obtido da noite para o dia. O coordenador da Fasubra esclarece que "*a lógica do governo é reduzir custos, somente com a disponibilidade o governo já vai estar reduzindo gastos, por isso todo ano vai ter esse PDV*". Além disso, "*parte da economia obtida com os cortes volta como verba para a área responsável. No caso do PDV, o retorno é de 10% da economia obtida. Mas no caso da disponibilidade, 50% volta para o setor. Se um determinado órgão ou setor estiver apertado financeiramente advinhe o que vai acontecer?*", concluiu Rogério.

O último PDV lançado pelo governo conseguiu a adesão de 8,5 mil servidores. A expectativa das entidades do funcionalismo é que este não deverá passar de 15 mil. Ou seja, o governo vai para cima com a disponibilidade. Se esse ataque passar perdem os servidores e a população, cada vez mais distante de uma saúde e educação públicas dignas.

Cleber Medeiros

Funcionalismo prepara resistência a pacotão de FHC

Calendário do funcionalismo

Data	Evento
18/8	greve de 24 horas dos servidores das universidades
25 e 26/8	paralisação dos servidores da administração direta
26/8	estimativa de colocar 10 mil servidores em Brasília
27/8	plenárias setoriais dos servidores federais
28/8	plenária nacional dos servidores federais, em Brasília
30/8	indicativo de greve dos servidores das universidades
setembro	indicativo de greve, na 1ª quinzena, dos professores

Outras sacanagens

Não são poucas as sacanagens contidas nesta ofensiva do governo. Uma delas é que já está ocorrendo uma reestruturação em diversos órgãos, principalmente no INSS. Por exemplo, a Universidade de Brasília, com um contrato de R$ 59 milhões, está selecionando e contratando pessoas em todo o país para trabalhar nos postos do INSS nos *shoppings centers.* Detalhe: um dos critérios utilizados na seleção é o da "aparência". Ou seja, está acabando o critério de seleção por concurso público e voltando a prática da discriminação nos serviços públicos.

A privatização dos serviços básicos também está no horizonte. A estratégia do governo é que a Saúde e Educação operem basicamente com agências reguladoras do sistema, tal como existem nos serviços privatizados, como a telefonia. Os programas do governo prevêem contratos de "gestão pública empreendedora", contratação de empresas para executar os serviços. Aliás, já existe na saúde pública uma espécie de privatização que ocorre através da compra de leitos públicos à grupos de saúde privada. (F.S.)

Governo não coloca projeto em tramitação

O governo recuou e não colocou seu projeto de "autonomia universitária" em tramitação no Congresso Nacional. O projeto congela as verbas das universidades federais no patamar de 1997. Como alternativa, as universidades poderiam (e teriam) que buscar contratos de gestão, financiamentos e verbas com empresas privadas. Um das formas previstas para se obter "recursos" seria a cobrança de mensalidades dos estudantes das federais. Seria a privatização de alto a baixo da universidade pública.

No tempo da ditadura

Tem muito mais. Pelo projeto, o Executivo teria o poder de intervir nas universidades todas as vezes em que as metas estabelecidas não fossem cumpridas. E quem supervisiona tais metas é o MEC, os ministérios da Fazenda e do Planejamento. Quem diria, FHC propõe voltar aos tempos de ditadura na universidade. O projeto prevê também que cada universidade poderá fazer seus próprios planos de carreira e salários, tentando assim fragmentar os docentes e servidores.

Autonomia de araque

Claro que tal ataque unificou toda a comunidade universitária contra o projeto. Os reitores estão contra e defendem a autonomia conforme o que está na Constituição. Os servidores marcaram indicativo de greve para 30 de agosto e a Andes (as aulas começam no final de agosto) para a primeira quinzena de setembro. Por isso, o governo fez um recuo. Mas a briga promete, pois eles não abriram mão do projeto, recuaram apenas de colocá-lo agora no Congresso. A propósito, que cinismo de FHC e companhia chamar este projeto de "autonomia universitária"

Vitória de FHC... e da dengue

É bom lembrar sempre que o desmonte da saúde pública já está em pleno vapor. Cerca de 6.250 servidores contratados da Fundação Nacional de Saúde foram demitidos recentemente. Entre eles estavam os que tinham a função de combater o mosquito da dengue em tudo que é canto do país. Como se vê, é a população quem vai pagar o pato. Entre a dengue e o FMI, o governo fica com os dois.

100 mil vão sacudir Brasília dia 26

Mariúcha Fontana,
da redação

FHC teve nova queda de popularidade, segundo pesquisa realizada pelo instituto *Vox Populi*. Agora, 59% consideram FHC ruim ou péssimo. Esse governo já consegue ser mais rejeitado do que Collor, quando do impeachment.

A indignação, a raiva contra o governo cresce a cada dia, na rasteira do desemprego, do aumento dos preços – que já significam um confisco da ordem de 20% no poder aquisitivo dos trabalhadores e da maioria da população —, do descalabro dos serviços públicos e do visível favorecimento dos ricos, especialmente dos banqueiros que estão tendo lucros recordes.

A greve dos caminhoneiros – por sua vez – foi um verdadeiro marco na luta direta contra FHC e contra o "ajuste" do FMI. Ela abriu as porteiras para a entrada em ação do movimento dos trabalhadores, que iniciam um processo de retomada das lutas e prenunciam o fim do refluxo nas cidades e um novo ascenso.

Quando fechávamos esta edição do **Opinião Socialista**, os sindicatos, as entidades do movimento popular e estudantil, o MST, os partidos de esquerda e todos os ativistas entravam na reta final da coleta de assinaturas para o abaixo-assinado, que pede apuração de crime de responsabilidade de FHC no leilão da Telebrás e, também, da preparação das caravanas para Brasília. Há mais gente para ir do que ônibus disponível até o momento.

O governo – atordoado – já vê com temor essa manifestação e há notícias de que eles tentarão atrasar a chegada dos ônibus ao Planalto, parando-os nas estradas. Há também boatos de que o governo do Distrito Federal tentaria impedir que os manifestantes tomassem a Esplanada dos Ministérios. Mas não há como deter uma enorme manifestação em Brasília dia 26.

A manifestação dos 100 mil em Brasília tem dois desafios: assumir abertamente o caráter de uma luta para derrubar esse governo, para botar para Fora FHC e o FMI e pelas reivindicações dos trabalhadores e da maioria do povo pobre do nosso país; e apontar claramente a continuidade e massificação dessa luta, convocando uma greve geral para 5 de outubro.

Com medo de ser feliz

A direção majoritária do movimento – a direção do PT e da CUT e também o PCdoB – seguem relutando em assumir a luta pela derrubada do governo, seguem apostando centralmente na estratégia de se fortalecer para as eleições do ano que vem. Ao mesmo tempo, a política de alianças com setores da burguesia, faz com que estes partidos relutem em levantar com ousadia uma plataforma que contenha as reivindicações da classe trabalhadora e, portanto, também bandeiras antiimperialistas e anticapitalistas, que são as únicas que podem levar à satisfação das demandas dos trabalhadores e da maioria do povo.

Medidas como ruptura do país com o FMI, suspensão do pagamento da dívida externa, imposto fortemente progressivo que onere os bancos e também as grandes empresas, anulação das privatizações não fazem parte do programa que a direção majoritária pretende apresentar em Brasília. Pelo contrário, a Frente das Oposições (com o PDT, PSB e setores do PMDB) quer que a manifestação de Brasília tenha o caráter de um ato cívico em defesa da "democracia" e de mais políticas sociais.

Até o momento, o PT e a maioria da CUT não assumem e não se propõem também a convocar uma greve geral. No momento em que fechávamos essa edição, estava acontecendo a Plenária Nacional da CUT, na qual a esquerda da Central estava propondo a convocação da greve geral. O resultado desse debate ainda não estava definido.

Mas o Fora FHC e o FMI, e também a proposta da greve geral, terão todas as condições de serem assumidos pelos manifestantes, que estarão lá porque sabem que mais três anos de FHC é intolerável. (M.F.)

Renato Benvenutti

Campanhas salariais ganham fôlego

O arrocho salarial de um lado, a greve dos caminhoneiros de outro lado e a fragilidade do governo estão colocando no horizonte o ressurgimento das campanhas salariais – com mobilizações e possivelmente greves – neste segundo semestre.

Aumento de salário e gatilho voltam à pauta de reivindicações e são móveis de luta, junto com a luta contra a perda de direitos e conquistas e pela redução da jornada de trabalho, contra o desemprego.

Metalúrgicos, químicos, bancários, petroleiros e trabalhadores dos correios discutiram encaminhar uma campanha unificada, buscando ações conjuntas.

Metalúrgicos das montadoras e autopeças começam a esquentar os motores: têm um dia de luta com paralisações parciais – de uma ou duas horas — no próximo dia 24, quando entregam a pauta de reivindicações para a patronal.

As montadoras do ABC, a GM de São José e as demais montadoras espalhadas pelo país vão paralisar e realizar atos. E já tem greve marcada para 14 de setembro, quando realizarão no mínimo uma greve de 24 horas e não está descartado que deflagrem greve por tempo indeterminado, a depender da resposta da patronal às suas demandas.

O funcionalismo público, por sua vez, começa a se mobilizar contra os ataques draconianos do governo, que pretende colocar em disponibilidade cerca de 70% dos funcionários federais e também querem aumento salarial. Os funcionários federais têm plenária nacional no dia 28 de agosto e a Andes e Fasubra apontam para uma greve na primeira semana de setembro.

Nos estados e municípios também começa a entrar em ação o funcionalismo que está sendo ameaçado de confisco salarial em função do ataque à previdência dos servidores, desferido pelos governos estaduais. Em São Paulo, professores, funcionários da saúde e até delegados de polícia fizeram uma manifestação com mais de 15 mil na Assembléia Legislativa e vão à luta. Há o desafio de unir as três esferas do funcionalismo.

A unificação das campanhas salariais é possível e deve combinar-se com a convocação e preparação da greve geral. **(M.F.)**

Wladimir Souza

Convocar greve geral para 5 de outubro

A manifestação dos 100 mil em Brasília dia 26 será, sem dúvida, um novo marco para os trabalhadores e para todo o movimento. Ele será o resultado de um enorme esforço militante e uma grande expressão organizada do gigante descontentamento da maioria do povo brasileiro com esse governo e com a política do FMI. Será uma poderosa demonstração de força da classe trabalhadora e da juventude e jogará mais gasolina no pavio que foi aceso pela greve dos caminhoneiros: ela acenderá a esperança de que é possível derrubar esse governo, conquistar as reivindicações dos trabalhadores e reforçará a disposição e a confiança na ação direta e unificada.

Portanto, será um crime se a direção majoritária do movimento não der continuidade e não convocar uma ação superior, depois do dia 26. Será um crime restringi-la à entrega do abaixo-assinado ao Congresso, a um protesto para fortalecer os parlamentares da oposição e a campanha rumo às eleições municipais do próximo ano, quando há todas as condições para convocar e realizar com êxito uma greve geral.

Defendemos a convocação de uma greve geral de 24 horas para o dia 5 de outubro, quando da chegada da marcha do MST a Brasília. Seguiremos fazendo um chamado especial a CUT, mas também às demais entidades que compõem o Fórum Nacional de Lutas, para que convoquem e preparem a greve geral para 5 de outubro. O MST já assumiu tal proposta.

É preciso levantar uma pauta de reivindicações do movimento. Esse é o caminho para derrotar e derrubar esse governo e o projeto neoliberal, esse é caminho para conquistar as reivindicações e, efetivamente, melhores condições de vida para a maioria do nosso povo. Esse é o caminho também para defender a soberania nacional, defender o Brasil do projeto de recolonização que o FMI e FHC estão aplicando aqui. **(M.F.)**

Um debate inadiável

Antes de mais nada, é preciso que o Fórum Nacional de Lutas e as entidades do movimento mantenham de pé as bandeiras mais sentidas dos trabalhadores, tais como aumento de salário e gatilho de 5%, redução da jornada de trabalho sem redução de salários, reforma agrária radical.

Há, no entanto, diferenças tão gritantes de estratégia e de programa hoje no interior da esquerda e, mais precisamente, entre o PSTU, a esquerda cutista e petista com a maioria da direção do PT, da CUT e também com o PCdoB, que precisam ser debatidas na base do movimento porque tais diferenças não dizem respeito só ao futuro, mas ao cotidiano das mobilizações dos trabalhadores e às reivindicações que estas devem levantar.

A profundidade da crise econômica, social e político/institucional em que está mergulhado o Brasil coloca na ordem do dia, perante até as mínimas reivindicações dos trabalhadores e do povo, a necessidade de se apresentar uma alternativa econômica e política mais geral, pois cada reivindicação mínima – emprego, salário — confronta-se diretamente com a ordem econômica, com o FMI e com a ordem política.

Abandonando reivindicações

A maioria do PT e o PCdoB, ao terem como estratégia e política a unidade com diferentes setores da burguesia e o respeito ao calendário eleitoral, passam a defender a plataforma desses setores burgueses e, por tabela, passam a abandonar não só o programa mais geral que o movimento dos trabalhadores sempre defendeu, como – particularmente a maioria do PT – passam a abandonar algumas das reivindicações mais elementares dos trabalhadores, porque estas não cabem ou não podem ser atendidas dentro dos limites das reformas cosméticas no projeto neoliberal que setores como a Fiesp defendem e a maioria do PT na maioria das vezes encampa.

Hoje, a maioria do PT não defende pública e explicitamente a ruptura do país com o FMI e nem ao menos a suspensão do pagamento da dívida externa – apesar de falar muito em "defesa do Brasil" —, não defende mais, também, imposto fortemente progressivo, fala em desonerar o setor "produtivo" e sobretaxar o especulativo, baixar os juros... enfim, as reivindicações dos empresários. Ao mesmo tempo, bandeiras como a redução da jornada, ou aumento de salário, gatilho (indexação salarial, portanto) são deixadas de lado ou (por "esquecimento") não entram nas plataformas.

Vazio político

Isso deixa um vazio político tremendo e permite que os ACM's da vida – desavergonhada e impunemente – apareçam como paladinos contra a pobreza, por exemplo.

Os empresários têm a Fiesp para representá-los e não rebaixam suas "reivindicações", menos ainda em favor dos trabalhadores. Os ruralistas também não abrem mão de suas reivindicações. As entidades dos trabalhadores não devem assumir as reivindicações dos empresários e menos ainda se mobilizar por elas. Pelo contrário, precisam defender até o fim os interesses dos trabalhadores, que são os interesses da maioria do povo pobre e oprimido desse país. Isso pressupõe se enfrentar com o FMI, com o governo, com os banqueiros e também com os grandes empresários multinacionais e nacionais. Gerenciada pelo FMI, 80% da economia brasileira está controlada por um punhado de grandes oligopólios e monopólios privados (bancos e empresas, a maioria multinacionais, mas também nacionais). (M.F.)

Renato Benvenutti

Não pagar a dívida externa

É preciso levantar em alto e bom som as reivindicações mais sentidas dos trabalhadores e apresentar uma saída sob a ótica dos interesses da classe trabalhadora e da maioria do povo brasileiro para essa crise.

O que exige e pressupõe defender a ruptura dos acordos com o FMI e o não pagamento da dívida externa, só assim se defende o Brasil. O não pagamento da dívida interna aos grandes capitalistas; imposto fortemente progressivo que sobretaxe os ricos (bancos e grandes empresas); proibição de remessas de lucros para o exterior; anulação das privatizações e reestatização, sem indenização das estatais privatizadas; confisco dos bens e prisão dos especuladores e dos banqueiros e grandes empresários que sonegam impostos; execução imediata da cobrança das dívidas dos grandes ruralistas, perdão das dívidas dos pequenos produtores e crédito barato para os micro e pequenos empresários e produtores rurais.

Essas propostas, para se viabilizarem, exigem ação direta, mobilização, e colocam o movimento no rumo da construção de um governo dos trabalhadores. (M.F.)

Brasil: uma formidável distribuição de miséria

José Martins,
economista e membro do núcleo de Educação Popular 13 de maio

Falta de desenvolvimento econômico ou má distribuição dos seus frutos? As duas coisas. Mas antes da produção de riqueza e sua má distribuição, o problema da pobreza brasileira nasce na elevada produção de capital e na baixíssima qualidade das suas empresas.

Para quem não leva em conta a contradição entre produção de riqueza e de capital terá muita dificuldade de entender por que a China, a Índia, o Brasil, a Arábia Saudita, a Rússia, etc, que produzem muita riqueza – ou muita "renda", como diz a economia política vulgar predominante – estão entre as economias mais pobres e menos competitivas do mundo.

O "Relatório de Competitividade Global", divulgado no dia 13 de julho, pelo Fórum Econômico Mundial (WEF), com sede em Davos, Suíça, faz uma boa fotografia dessa realidade. É um relatório aprovado pelos capitalistas no mundo todo, para acompanhar as economias que estão subindo ou descendo na competição internacional.

Desta vez, a preocupação não é comparar diferentes graus de pobreza entre os países, como aquele da que mede o índice de desenvolvimento humano. Trata-se agora de uma comparação de diferentes graus de desenvolvimento capitalista, da qualidade maior ou menor da produção de capital entre 59 países pesquisados.

O relatório do Fórum Mundial leva em conta uma grande quantidade de variáveis que, segundo seus autores, separaram as premissas de crescimento de longo prazo dos fatores de curto prazo. Tudo computado, chegaram a um determinado "índice de competitividade" para cada uma das economias pesquisadas. Foi construída, finalmente, a tabela de classificação entre as 59 economias pesquisadas.

Para quem está acostumado com aquelas idéias de "oitava economia do mundo", "a maior economia da América Latina" e outras ilusões baratas, ficará muito decepcionado com a classificação final do Brasil. Está na 51ª posição, atrás de países como Indonésia, Filipinas, Jordânia, África do Sul, Tailândia, China, Vietnã e Egito. Na América Latina, fica atrás de Chile (21º), México (31º), Costa Rica (34º), Peru (37º), Argentina (42º), El Salvador (46º) e Venezuela (50º).

A economia brasileira é a maior da América Latina. Em tamanho. Da mesma forma que seu território, sua população e suas riquezas naturais. Mas não adianta ter muita terra e muitos bois, muito capital e muito FMI, muita Fiesp e muita cerveja, muito trabalhador e uma miserável riqueza. Isso não quer dizer muita coisa em termos de desenvolvimento econômico, de qualidade produtiva e de participação no bolo capitalista mundial. Nestes termos, como apontado pelo relatório do WEF, a economia brasileira está entre as piores da América Latina.

Grande quantidade de capital... e excesso de pobreza e miséria

Enquanto a propaganda oficial diz que a burguesia construiu uma bela economia no Brasil, uma confiável base para a solução da crescente pobreza da população, o que se verifica é que não é só o povo que vai mal. Também aquela bela economia não passa de uma calamidade social. Como nas demais áreas dominadas do sistema imperialista, no Brasil também uma economia estufada de capital determina um correspondente excesso de pobreza e de miséria para a população trabalhadora. Em um polo, uma legítima superprodução de capital; no outro polo, uma miserável produção de alimentos e de esfomeados.

Wladimir Souza

O futuro pode ser pior

Como se ainda não estivessem satisfeitos com a sua grande obra do passado e do presente, os capitalistas preparam uma desagradável surpresa para o futuro do Brasil.

É o próprio relatório da WEF que antecipa um enfraquecimento catastrófico da economia brasileira nos próximos anos. Vejam as perspectivas de crescimento que ele aponta, para os próximos oito anos, do PIB per capita (produto dividido pelo número de habitantes). Trata-se de uma medida grosseira da produtividade nacional, mas que não deixa de indicar a capacidade produtiva e competitiva de uma economia. Para não sermos acusados de tendenciosos, deixemos esse registro para o jornal Gazeta Mercantil, de 13/7/99: *"O documento do WEF também faz projeções sobre o crescimento anual do PIB per capita dos países para um período de oito anos – de 2000 a 2008 – baseado na experiência do mesmo período anterior. Nesse 'ranking', o Brasil aparece em 54º lugar (de uma lista de 59 países), com uma expansão do PIB per capita de 1,69%, atrás do Equador (1,76%), da Argentina (1,92%), do Zimbábue (2,05%), da Bolívia (2,11%), da Costa Rica (2,88%), da Índia (2,96%), do Chile (3,54%), da China (3,59%) e do Peru (3,34%)."*

Neste última etapa da pré-história da humanidade, em que as riquezas de um povo só podem existir nas mais variadas formas do capital, o futuro sempre será mais ameaçador que o presente, do mesmo modo que o presente é do passado. E as classes dominantes só poderão continuar mandando e dirigindo o destino de cada nação enquanto forem capazes de esconder esse curso catastrófico.

No Brasil, a propaganda dos seus economistas e ideólogos em geral é um importante meio para esconder que a população brasileira está enclausurada em uma embarcação toda podre e cheia de furos, em uma economia que só pode garantir uma coisa: que a pobreza e a fome vão se acelerar ainda mais nos próximos anos.

Mas eles não têm nem o mérito de serem originais em suas falsificações desta realidade econômica. Apenas copiam um padrão de ideologia globalizada pela burocracia da ONU, Banco Mundial, ONGS, e outras usinas de processamento deste lixo ideológico. (J.M.)

"Somos contra a guerra entre Índia e Paquistão"

*Recentemente esteve no Brasil participando de palestras e conferências promovidas pelo **PSTU**, o dirigente do Partido Trabalhista do Paquistão (Labour Party of Pakistan — LPP), Farooq Tarik. Localizado no centro sul da Ásia e com uma população estimada de 150 milhões de habitantes, o Paquistão, embora tenha tecnologia nuclear, é também uma país pobre, onde a maioria da população sofre com a mesma receita neoliberal tão conhecida por aqui. Nesta entrevista ao **Opinião Socialista**, Farooq fala do conflito entre Paquistão e Índia pela região da Caxemira, da situação política atual no país, da formação do seu partido e explica o peso do fundamentalismo islâmico.*

Opinião Socialista — Qual é a situação política no Paquistão hoje?

Farooq — Neste momento, nós temos um governo burguês conservador, eleito em 1997 com uma maioria de dois terços no parlamento. Este governo está implementando todas as políticas impostas pelo FMI e pelo Banco Mundial, como privatizações, desregulamentações, abertura do mercado, etc. O resultado destas políticas econômicas são o aumento da distância entre pobres e ricos, aumento da colonização do Paquistão pelos monopólios internacionais. Na situação atual, a oposição, o Partido do Povo Paquistanês (PPP) de Benazhir Bhutto, não tem nenhuma política para as massas. Só estão preocupados com o parlamento, não podem ser considerados uma verdadeira oposição. Seus líderes estão envolvidos em todos os tipos de corrupção, da mesma forma que toda a classe dominante. A apatia das massas é muito forte, não há nenhuma confiança nos partidos políticos. Neste contexto, os fundamentalistas estão avançando, com seus métodos semi-fascistas.

> *"Paquistão está sendo colonizado pelos grandes monopólios"*

O.S. — A situação econômica no Paquistão parece ser muito parecida com a de outros países, inclusive o Brasil, para você qual é a solução? É possível uma solução para esta ofensiva do imperialismo dentro das fronteiras nacionais?

Farooq — Eu falei numa reunião no Rio de Janeiro organizada pelo PSTU e contei os argumentos e as justificativas dos que defendem a privatização no Paquistão. Todos os participantes começaram a rir. E eu fiquei surpreso e perguntei porque eles riam. E um deles me falou que eram os mesmos argumentos usados no Brasil. O capitalismo internacional está usando os mesmos argumentos para justificar a exploração dos trabalhadores do mundo. Principalmente, depois do colapso do stalinismo, eles estão na ofensiva. Desta forma, não há nenhuma solução, dentro das fronteiras nacionais. É claro que temos que lutar onde estivermos, mas temos que ligar nossas lutas internacionalmente através de passos solidários práticos

O.S. — Você poderia nos falar um pouco sobre os fundamentalistas?

Farooq — O fundamentalismo islâmico tem crescido porque os partidos burgueses são incapazes de desenvolver o Paquistão. Eles querem se mostrar como um tipo de alternativa aos governos burgueses atuais. E para mostrar esta mudança, eles estão assumindo posturas mais radicais, usando palavras de ordem contra o imperialismo, contra o capitalismo. Mas, na verdade, não há nenhuma diferença, nas suas políticas econômicas, com o capitalismo.

Eles estão crescendo, mas a principal questão é a consciência da classe trabalhadora que vê os fundamentalistas como um retrocesso. O que aconteceu no Afeganistão mostrou de forma evidente como o país seria sob o domínio deles. No Afeganistão, a TV foi proibida, o futebol foi proibido, as mulheres não podem trabalhar, os homens são obrigados a usar barba, a economia entrou em colapso, a destruição é total. O país voltou à barbárie sob o governo do Taleban. Então, este não é um bom exemplo para as massas paquistanesas. Ou seja, internacionalmente, nós podemos ver a bancarrota das idéias do fundamentalismo religioso. Mesmo assim, até o momento, eles ainda estão crescendo no Paquistão.

> *"Defendemos o direito de autodeterminação da Caxemira"*

O.S. — O Paquistão entrou em evidência no último período por causa do conflito com a Índia sobre a região de Caxemira. Qual é a posição do LPP sobre a guerra? E qual a política para a Caxemira?

Renato Benvenutti

Farooq Tarik

Farooq — Nós somos contra a guerra. Ela levaria à destruição de ambos países. Ambos possuem armas atômicas e esta é a primeira guerra, desde 1945, que ameaça chegar a um confronto atômico. Estas armas estão nas mãos de gente que não pensa de forma lógica, mas emocionalmente. Nós somos contra as guerras com uso de armas atômicas mesmo que elas estejam nas mãos de pessoas supostamente mais "sábias" como os americanos e outros. Nosso partido faz uma campanha pela paz, organizando manifestações, seminários e reuniões.

A guerra é sobre a região de Caxemira e nosso partido defende o direito de autodeterminação da Caxemira e sua independência do Paquistão e da Índia. Mas nós afirmamos também que uma Caxemira capitalista independente não iria resolver os problemas das massas, seria o mesmo que Bangladesh onde, apesar dos grandes sacrifícios do movimento de libertação nacional, as correntes do capitalismo não foram quebradas e as massas de Bangladesh não ganharam, com a independência, o que mereciam. Nós defendemos uma Caxemira socialista ligada a uma Federação Socialista do subcontinente indiano.

> *"LPP foi resultado do esforço consciente de um grupo marxista"*

O.S. — Queríamos saber um pouco sobre a história do seu partido, como ele foi construído?

Farooq — O LPP foi fundado em 1997. Desde então ele tem crescido rapidamente. O surgimento do LPP não foi resultado do encontro de alguns companheiros com idéias parecidas, mas um esforço consciente por parte de um grupo que defendia o marxismo e que publicava um jornal chamado *Luta* desde os anos 80. Então, o grupo foi formado ao redor daquele jornal. Um grupo independente foi formado em 1994, Movimento Revolucionário de Luta e, a partir daí, o Partido Trabalhista foi fundado.

O.S. — Você veio ao Brasil participar de uma série de reuniões organizadas pelo PSTU para discutir a situação internacional, o que você achou das reuniões e como você vê as relações do LPP com o PSTU?

Farooq — Esta foi a minha primeira visita ao Brasil e eu fiquei surpreso ao ver o nível de organização da classe trabalhadora, um nível muito alto. A classe trabalhadora está se movendo. Eu estive no Rio de Janeiro enquanto ocorriam diversas mobilizações: protestos contra as privatizações, o MST começou sua marcha a Brasília e os companheiros do PSTU estavam nas primeiras fileiras destas lutas. O LPP quer construir uma relação fraternal com o PSTU, nós achamos que os dois têm muito a aprender com as diferentes experiências de construção de partidos marxistas nas nossas regiões. Esta relação, com certeza, irá continuar de forma prática, após a minha visita aqui.

"Guerra ao narcotráfico" é nova desculpa "humanitária"

País é o próximo alvo dos Estados Unidos

Marcelo Barba,
da redação

Poucos meses após a sua vitória sobre a Iugoslávia, o governo norte-americano já tem um novo alvo para sua intervenção "humanitária": a Colômbia. Como já afirmávamos em artigos durante a guerra da Iugoslávia, o imperialismo ianque quer construir uma nova ordem mundial baseada na sua absoluta e indiscutível liderança. Para isto, é necessário que eles acabem com as situações "problemáticas" que ainda existem nas regiões mais estratégicas do planeta.

Agora é a vez de tentar acabar com os mais antigos grupos guerrilheiros ainda em ação no continente latino-americano: as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Exército de Libertação Nacional (ELN) na Colômbia. Usando a desculpa de um suposto envolvimento destes grupos com o tráfico de drogas, os EUA estão, direta e indiretamente, aprofundando seu envolvimento no conflito.

Há mais de 40 anos, a Colômbia vive em uma guerra civil que já matou, somente nos últimos 15 anos, mais de 20 mil pessoas. O recente aumento dos choques entre guerrilha, exército (apoiado cada vez mais pelos EUA) e paramilitares de direita (apoiados por narcotraficantes, empresários e grandes latifundiários), junto com a crise econômica que assola todos os países latino-americanos adeptos do neoliberalismo, fez com que a produção industrial do país caísse, apenas no primeiro semestre, 14,3%. O caso mais grave é o das montadoras, que trabalham somente com um quarto da sua capacidade produtiva.

Reuters

Helicópteros norte-americanos desembarcam em Bogotá no último dia 1º

Os EUA tentam fortalecer a autoridade do presidente colombiano Andrés Pastrana, bastante abalada pela crise que vive o país. As iniciativas de diálogo entre o governo e a guerrilha ainda não avançaram nenhum milímetro.

O exército norte-americano já tem organizado um cerco à Colômbia. Além das suas bases no Panamá, estão instaladas ou em fase de construção, bases militares em Aruba, na Venezuela, Peru e Equador, além da própria Colômbia. Somente neste ano, US$ 300 milhões já foram enviados como ajuda financeira para "combater o narcotráfico".

Exército americano já tem organizado cerco a Colômbia

Mas a guerra contra o narcotráfico (desculpa para toda esta intervenção) é uma completa hipocrisia. Hoje, a Colômbia sozinha é responsável por 80% da produção de cocaína no mundo. O dinheiro do narcotráfico está em todas as instituições do Estado colombiano. Mesmo que algumas vezes, autoridades tenham que prender um ou outro traficante ou destruir algum laboratório clandestino, isto só serve para "livrar a cara". Recentemente, a mulher de um coronel norte-americano, que é um dos coordenadores das ações anti-tráfico na Colômbia, foi presa por usar o serviço postal do exército para enviar cocaína para os EUA. Da mesma forma, todos os funcionários da embaixada norte-americana em Bogotá estão sendo investigados pelo mesmo motivo.

Os paramilitares que são patrocinados, entre outros, pelos narcotraficantes, contam com a impunidade e mesmo a ajuda do Exército e da justiça. O ex-presidente Ernesto Samper foi apoiado financeiramente pelos traficantes na sua campanha eleitoral.

Os EUA não estão preocupados com a produção de drogas, mas com a consolidação do seu domínio no "quintal" da América Latina. As desculpas podem mudar (ajuda humanitária em Kosovo, drogas na América Latina) mas o objetivo é sempre o mesmo: aprofundar o processo de recolonização mundial para garantir os lucros das grandes corporações norte-americanas.

Uma perspectiva equivocada

É fundamental que as organizações guerrilheiras tenham uma política direcionada ao movimento operário, estudantil e popular, chamando à solidariedade e apoio do conjunto dos movimentos populares do continente e em todo mundo para lutar contra essa ameaça de intervenção e barrar qualquer iniciativa dos governos latino-americanos de intromissão, mesmo que estejam disfarçadas de "iniciativas políticas".

Defesa de uma paz negociada?

Porém, um dos obstáculos para um triunfo da luta popular e da guerrilha é a orientação limitada da direção das organizações guerrilheiras. Elas parecem buscar uma paz negociada, com algumas diferenças da política oficial, mas aceitando conversações em que os árbitros sejam figuras dos governos burgueses latino-americanos, dos meios imperialistas ou da Igreja, e que não coloque em questão a natureza capitalista e submissa do Estado colombiano.

Não se deve aqui cometer erros como a negociação entre a guerrilha de El Salvador e o governo local que na prática terminou numa verdadeira rendição política da Farabundo Marti e na manutenção das mesmas oligarquias no poder.

Bases capitalistas

As FARC, por exemplo, têm um programa que não coloca uma proposta socialista. Pelo contrário, sua perspectiva é a reconstrução do país sob bases capitalistas, aceitando até a grande propriedade e as multinacionais, limitando-se a defender uma nova distribuição da renda. O ELN tem um programa semelhante.

Essa limitação não impede que os revolucionários busquem estabelecer a mais ampla unidade de ação para derrotar a burguesia e o imperialismo que tentam afogar sua justa rebelião armada. (M.B.)

EUA quer "força de paz" para intervir

Apesar de todo o aparato militar montado pelos EUA na Colômbia e nos países vizinhos, é improvável que haja a curto prazo uma intervenção direta norte-americana no país. Da mesma forma que em Kosovo, tudo estará bem enquanto nenhuma vida americana for perdida. É a síndrome do Vietnã ainda presente.

Por outro lado, a Colômbia é uma situação mais difícil de se resolver. Com uma guerrilha dominando 40% do território, embrenhada nas selvas e montanhas do país, não é difícil imaginar as dificuldades e estragos que uma intervenção diretaà la Vietnã poderia trazer para os EUA.

Desta forma, a tática norte-americana é outra. Além do financiamento do exército nacional colombiano, do envio de "assessores" militares e de armas modernas, os EUA querem a participação dos países sul-americanos numa "força de paz" na Colômbia. Na verdade, querem uma intervenção sob sua direção, mas que sejam os soldados brasileiros, argentinos, peruanos, equatorianos e venezuelanos a tomarem os tiros. Os presidentes da Argentina, Carlos Menem e do Peru, Alberto Fujimori, já declararam que podem participar de uma suposta "força de paz" na região. Mas, eles sabem que isto não será nada fácil e poderia piorar a situação já problemática em seus próprios países, atolados na crise econômica e política. (M.B.)

Guerrilheiros do ELN

Não à intervenção na Colômbia!

É um dever dos trabalhadores e dos partidos de esquerda de todo o continente deflagrar imediatamente uma campanha contra a tentativa do imperialismo norte-americano de submeter aos seus interesses o povo colombiano. Não se trata de uma cruzada contra as drogas, e nem somente de uma guerra contra a guerrilha. A ameaça de uma intervenção dirigida pelos norte-americanos é uma agressão a todos os trabalhadores e camponeses colombianos. É uma tentativa de sufocar e derrotar uma rebelião que ameaça o poder burguês em um país estratégico da América Latina.

O mesmo inimigo que submete econômica e politicamente a todo o continente pretende impor também uma submissão militar aos que resistem de forma armada. É necessária uma campanha internacional, em particular na América Latina, contra qualquer intervenção dos EUA com suas tropas ou sob a forma de missão conjunta dos "países amigos".

Em cada país da América Latina, é necessário que todas as organizações sindicais, estudantis, populares e democráticas se pronunciem contra a intervenção e contra o apoio e qualquer participação dos governos da região nessa intervenção imperialista.

Vamos organizar atos nas embaixadas e nos consulados dos EUA, afirmando a luta contra essa intervenção. Uma agressão militar contra o povo colombiano deve ser encarada como contra todos os trabalhadores e pobres da América Latina.

- ✔ Fora as tropas, o Departamento Anti-drogas (DEA) e a CIA da Colômbia e da América Latina. *Yankees Go Home*!
- ✔ Nenhuma base militar imperialista em território latino-americano!
- ✔ Que nenhum governo participe de qualquer iniciativa que vise a intervenção na Colômbia!
- ✔ Não aos "planos de paz" que visam desarmar e derrotar a luta do povo colombiano!
- ✔ Abaixo a campanha hipócrita contra o tráfico que serve de pretexto à ingerência imperialista nos países latino-americanos!
- ✔ Pela unidade dos povos latino-americanos em defesa da soberania da América Latina!

(M.B.)

Colômbia em números

Capital	Bogotá
População	41,458 milhões
PIB	US$ 85,242 bilhões (1999 – estimativa)
Desemprego	19,5% da população ativa
FARC	15 mil combatentes
ELN	5 mil combatentes
Forças Armadas	250 mil homens (inclui polícia e Forças Armadas)

Uma história de guerras

1899/1903 — Primeira guerra civil entre liberais e conservadores (os dois partidos burgueses e oligarcas que dominam a política tradicional do país): "Guerra dos Mil Dias". A guerra termina com um acordo entre os dois lados, diante da ameaça de intervenção dos Estados Unidos. Inicia-se um período de 30 anos de governos conservadores.

1946 — Nas eleições presidenciais, o partido liberal se divide em duas alas. Uma refletia a pressão das lutas populares, e tinha como candidato Jorge Eliécer Gaitán, a outra apoiava Gabriel Turbay. Aproveitando-se da divisão o Partido Conservador ganha as eleições, elegendo Mariano Ospina Pérez

1948 — Assassinado Jorge Eliécer Gaitán. Como reação à sua morte explode a rebelião popular conhecida como o "Bogotazo". Em seguida começa "A violência", uma guerra civil que durou 10 anos, onde se enfrentam as guerrilhas liberais e comunistas com o governo conservador.

1959 — A Revolução Cubana tem uma grande influência sobre o renascimento do movimento guerrilheiro.

1962 — O exército inicia uma ofensiva contra a zona liberada controlada pelos comunistas em Marquetalia, departamento de Tolima (região central, próxima a Bogotá). Os camponeses reagem com ações guerrilheiras. Um dos camponeses desta zona era Manuel Marulanda Vélez, o "Tirofijo" (hoje, principal dirigente das FARC).

1964 — As guerrilhas comunistas se reúnem em Marquetalia, em 20 de julho de 1964 e aprovam um programa de reforma agrária revolucionária que tem como base o "*confisco da propriedade latifundiária*" e das "*ocupadas por companhias imperialistas*". O Exército expulsa a guerrilha de Marquetalia.

1966 — A guerrilha comunista de Marquetalia, em unidade com outros destacamentos guerrilheiros do sul de Tolima, funda as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

1967 — Surge o Exército de Libertação Nacional, inspirado no Che Guevara. O Partido Comunista Colombiano - Marxista-Leninista (PCC-ML) organiza o Exército Popular de Libertação. Essas duas guerrilhas refletem o ascenso do movimento estudantil dos anos 60 e as massas urbanas empobrecidas.

1970 — Eleito Misael Pastrana Borrero, conservador, com 1,6 milhão de votos. O ex-ditador e general Gustavo Rojas Pinilla, líder da Aliança Nacional Popular (Anapo), consegue 1,5 milhão de votos. Há acusações generalizadas de fraude e descontentamento das massas pobres que tinham votado em Rojas Pinilla.

1973 — Surge o Movimento 19 de Abril (M-19), uma guerrilha de tipo nacionalista e popular. O movimento vem das fileiras da Anapo.

1984 — Em março o governo firma uma trégua de um ano com as FARC. Em 24 de agosto é firmado um acordo com o M-19 e com o Exército Popular de Libertação (EPL). Poucos meses depois o M-19 rompe o cessar-fogo devido às agressões constantes do Exército.

1986 — Toma posse o presidente Virgílio Barco, do Partido Liberal. Nestas eleições a União Patriótica, movimento orientado pelo Partido Comunista e ligado às FARC, concorre e obtém mais de 300.000 votos.

1987 — Os grupos paramilitares (extrema-direita) começam um plano sistemático de assassinatos, não só de guerrilheiros mas de dirigentes políticos e sindicais. Jaime Pardo Leal, o candidato a presidente e máximo dirigente da União Patriótica, é assassinado por mercenários paramilitares o que provoca uma onda de enfrentamentos entre as massas e a polícia com o saldo de oito mortos.

1989 — Um comando assassina Luís Galán, pré-candidato liberal às eleições presidenciais que aparecia com maiores chances de vitória. O governo do presidente Barco desfecha uma campanha militar contra os narcotraficantes, que respondem com atentados, bombas e até lançamento de mísseis.

1990 – O M-19, que renunciara a luta armada em 1989, obtém 19 cadeiras na Constituinte.

1991 – O EPL também renuncia a luta armada após acordo com o governo.

1994 — Assume o presidente eleito Ernesto Samper do Partido Liberal. Explode o escândalo do apoio financeiro do narcotráfico à campanha de Samper.

1998 — Eleito Andres Pastrana e início do processo de aproximação e tentativa de negociação com as duas guerrilhas que continuam ativas no país: as FARC e o ELN.

Pará monta exército contra sem-terra

Gilberto Marques,
de Marabá (PA)

Fotos: Manoel Neto

Quando da véspera do julgamento dos policiais militares envolvidos no massacre de Eldorado dos Carajás (abril de 1996), o governador do Pará, Almir Gabriel, montou uma verdadeira operação de guerra para desocupar fazendas tomadas por trabalhadores rurais sem-terra.

A operação começou a ser montada em junho e foi efetivada na segunda quinzena de julho. Contou com 250 policiais militares (Batalhão de Choque, Canil e Companhia de Operações Especiais) que se deslocaram de Belém à região de Marabá, que fica a quase um dia de viagem rodoviária da capital. Lá, eles juntaram-se a outros policiais, o que totalizou uma força de aproximadamente 500 PM's com a tarefa de fazer cumprir os mandatos de reintegração de posse de quatro fazendas do município de Marabá e região. Segundo o comandante geral da PM, Faustino Neto, a determinação era para que as "*reintegrações fossem cumpridas sob qualquer hipótese*", pois "*autoridade não se discute, é para ser respeitada*".

O **Opinião Socialista** esteve na ocupação da fazenda Cabeceiras no município de Marabá, dirigida pelo MST e última a ser desocupada pela PM. Ela tem 10.600 hectares e é de propriedade da família Mutran, tradicional latifundiária do Estado e envolvida em inúmeros crimes, a tal ponto que um dos seus membros perdeu o mandato de deputado estadual por ter sido mandante do assassinato de um fiscal da fazenda estadual.

Na fazenda, reocupada pela segunda vez desde 10 de junho, o clima entre as 800 famílias era muito tenso.

Esse clima aumentava na medida em que as famílias já cansadas (de tanto esperar o cumprimento de promessas), preparavam a resistência. Mas ao mesmo tempo guardavam vivas as lembranças do massacre de Eldorado de Carajás, ocorrido a alguns quilômetros dali.

Cinco dias após a nossa visita a PM entrou na fazenda agredindo os trabalhadores que tiveram que recuar, decidindo seguir em caminhada até a sede do Incra, para dias depois reocuparem novamente a fazenda.

Acima: acampamento de sem-terra na Fazenda Cabeceiras. Ao lado, cova de cemitério clandestino encontrado na mesma fazenda

Aqui você encontra o PSTU

Sede nacional: R. Loefgreen, 909 - Vila Clementino - São Paulo - tel (011) 575-6093
Alagoinhas (BA): R. Anézio Cardoso - Ed Azi sala 105
Aracajú (SE): R. Acre, 2309 - bairro Siqueira Campos - CEP 49075-020
Belém (PA): R. Domingos Marreiras, 732 - bairro Umarizal - CEP 66055-210 - pstupa@interconect.com.br
Belo Horizonte (MG): R. Carijós, 121, sala 201 - tel (031) 213-3316
Av. Afonso Vaz de Melo, 249 - Barreiro - pstumg@net. em. com.br
Brasília (DF): SCLRN 706 - Bloco C - Loja 46 - Asa Norte - CEP 70740-513
Florianópolis (SC): Av. Hercílio Luz, 820 - Centro - tel. (048) 223-8511
Fortaleza (CE): Av. da Universidade 2333 - Centro - tel (085) 221-3972
Goiânia (GO): (062) 225-6291
Macapá (AP): Av. Presidente Vargas, 2652 - Bairro Sta. Rita
Maceió (AL): R. Inácio Calmon, 61 - Poço - tel (082) 971-3749
Manaus (AM): R. Emílio Moreira, 821 - Altos Centro - tel (092) 234-7093
Natal (RN): Av. Rio Branco, 815 Centro
Nova Iguaçu (RJ): R. Cel. Carlos de Matos, 45 - Centro
Ouro Preto (MG): R. São José, 121 Ed. Andalécio - sala 304 - Centro
Passo Fundo (RS): R. Tiradentes, 25 - Centro - CEP 99010-260
Porto Alegre (RS): R. Salgado Filho, 122 - Cjto. 51 - Centro
Recife (PE): R. Leão Coroado, 20 - 1° andar - B. da Boa Vista - tel (081) 222-2549
Ribeirão Preto (SP): tel (016) 637-7242
Rio de Janeiro (RJ): Travessa Dr. Araújo, 45 - Pça da Bandeira - tel (021) 293-9689
São Bernardo do Campo (SP): R. Marechal Deodoro, 2261
São José dos Campos (SP): R. Mario Galvão, 189 - Centro - tel (012) 341-2845
São Leopoldo (RS): R. São Caetano, 53
São Luís (MA): tel (098) 246-3071
São Paulo (SP): R. Nicolau de Souza Queiroz 189 - Paraíso - tel (011) 572-5416
Terezina (PI): R. Olavo Bilac, 1709 - Centro-sul - tel (086) 221-0441

Nosso e-mail é:
pstunac@uol.com.br

Nossa home page é:
www.pstu.org.br

"Só numa cova, havia dois corpos"

Quando estivemos na fazenda Cabeceiras nós entrevistamos Valderi, o Louro, da coordenação da ocupação, que nos falou também da existência de um cemitério clandestino na fazenda, por nós comprovado.

Opinião Socialista – Conte para nós a história do cemitério clandestino que foi descoberto aqui na fazenda.

Louro – Uma pessoa que trabalhou vinte anos como gerente da fazenda denunciou que pessoas trabalhavam e na hora de receber seus direitos o proprietário da terra mandava o pistoleiro executar. Quando descobrimos o cemitério, tivemos o acompanhamento da polícia federal e algumas intervenções da polícia civil, que trouxe o legista. Mas ele só atrapalhou todo o trabalho e até hoje não saiu o resultado dos ossos encontrados.

A polícia federal e a equipe da TV Liberal (ligada à Globo) acompanharam as escavações desde o início. Só em um cova havia dois corpos e uma corda amarrando eles.

O.S. – Foram mortos, amarrados e jogados lá dentro?

Louro – Simplesmente isso, com a roupa do corpo, calça de trabalho na roça. As pessoas trabalhavam meses sem receber e quando reclamavam seus direitos eram assassinadas.

O.S. Quantos corpos foram encontrados?

Louro – Sete corpos, mas segundo a testemunha são 13 pessoas que foram assassinadas. Inclusive uma criança que, segundo a testemunha, foi jogada para cima e aparada com um facão. A testemunha indicou o local em que ela foi enterrada. Nós cavamos com o acompanhamento da TV e da polícia federal e a encontramos.

O.S. – E isso com a fazenda sob o comando da família Mutran?

Louro – Sim. E há a possibilidade de existir mais de um cemitério clandestino aqui dentro desta área da fazenda Cabeceiras.

O.S. – Qual a posição do governo em relação à fazenda? Já foi feita a vistoria pelo Incra?

Louro – O Incra vem nos enrolando, negando o direito que a gente tem de ser cidadão brasileiro.

Quando eles fazem alguma vistoria é com o fazendeiro, perguntando a ele quantas cabeças de gado ele tem. E essa vistoria cadastral com certeza vai dar que a fazenda é produtiva.

Precisamos da solidariedade e da união de forças dos trabalhadores para superar este momento difícil que estamos vivendo.